

**Destinatários:**

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

**270 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 11 a 22 de maio de 2026**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. PARLAMENTO EUROPEU - ORDEM EUROPEIA DO MÉRITO</b>                                | <b>1</b>  |
| <b>2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE</b>  | <b>1</b>  |
| Acordo de Turnberry UE- EUA: PE e Conselho aprovam entrada em vigor condicionada       | 1         |
| Maior proteção da pesca e da aquicultura no ordenamento do espaço marítimo             | 2         |
| Parlamento Europeu defende estratégia europeia para a cibersegurança da IA             | 3         |
| <b>3. DEFESA DA UE - PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS</b>                                   | <b>4</b>  |
| Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO prepararam a Cimeira de Ancara             | 4         |
| Comité Militar da NATO debateu prioridades de defesa e preparação da Cimeira de Ancara | 5         |
| Academia - Defesa europeia: três vias para dar conteúdo ao “ pilar europeu da NATO”    | 5         |
| Academia - Indústria Europeia de Defesa  | 6         |
| <b>4. COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS - AUDIÇÕES</b>                                     | <b>7</b>  |
| Audição com a Provedora de Justiça Europeia Teresa Anjinho                             | 7         |
| Audição com o Comissário Europeu Wopke Hoekstra  | 8         |
| <b>5. COMISSÃO EUROPEIA: PREVISÕES ECONÓMICAS DA PRIMAVERA</b>                         | <b>9</b>  |
| <b>6. ALARGAMENTO - UCRÂNIA COMO MEMBRO ASSOCIADO</b>                                  | <b>10</b> |
| <b>7. REUNIÕES DO CONSELHO</b>   | <b>10</b> |
| <b>8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>   | <b>10</b> |
| Conselho Europeu   | 10        |
| Parlamento Europeu   | 10        |
| Comissão Europeia  | 10        |
| Conselho da UE   | 10        |

## 1. PARLAMENTO EUROPEU - ORDEM EUROPEIA DO MÉRITO<sup>1</sup>

O Parlamento Europeu acolheu, em Estrasburgo, a cerimónia de atribuição da **primeira Ordem Europeia do Mérito**, distinção criada pela Mesa do Parlamento Europeu (PE) antes do 75.º aniversário da Declaração Schuman para homenagear personalidades com contributo relevante para a integração europeia e para a promoção e defesa dos valores da União Europeia (UE). A cerimónia contou com 13 dos 20 primeiros laureados, que receberam a distinção da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Entre os distinguidos estiveram Angela Merkel e Lech Wałęsa, admitidos como membros insignes da Ordem, bem como **Aníbal Cavaco Silva, antigo Presidente da República e antigo Primeiro-Ministro de Portugal**, enquanto membro honorário (detalhe [aqui](#)).



Na abertura da cerimónia, Roberta Metsola sublinhou que a Europa foi construída por sucessivas escolhas de solidariedade e cooperação, afirmando que *“A Europa não nos foi entregue de bandeja. (...) Com a Ordem Europeia do Mérito, homenageamos aqueles que, em todas as esferas da vida, escolheram construir a Europa – aqueles que lideraram quando era difícil e mantiveram a nossa União em movimento. Porque a Europa só perdura enquanto cada geração escolher defendê-la”*, afirmou Roberta Metsola.

Na sua intervenção no PE, Cavaco Silva enquadrou a distinção no atual contexto internacional, assinalando que, *“num tempo de forte instabilidade e incerteza mundial, de conflitos armados e ameaças, em que a voz de cada país isoladamente pouco conta, a União Europeia é um ativo da maior importância para todos os Estados-Membros”*. Destacou ainda o papel de Portugal como *“parceiro ativo, defensor dos valores europeus e do aprofundamento do processo de integração”*, procurando articular os interesses nacionais específicos com o interesse comum europeu.

Foram igualmente distinguidas personalidades de diferentes áreas de intervenção cívica, política, académica, humanitária, cultural e desportiva, incluindo Oleksandra Matviichuk, Viviane Reding, José Andrés, Giánnis Antetokóunmpo e os membros dos U2. O Presidente da Ucrânia, **Volodymyr Zelensky**, foi também admitido como membro insigne da Ordem, num reconhecimento de especial alcance político no atual contexto europeu.

## 2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE<sup>2</sup>

Esta semana, teve lugar a **sessão plenária do PE**, em Estrasburgo. Destacamos o seguinte:

### **Acordo de Turnberry UE- EUA: PE e Conselho aprovam entrada em vigor condicionada**

O PE e o Conselho da União Europeia chegaram a um acordo provisório sobre a aplicação do chamado Acordo de Turnberry, concluído em julho de 2025 entre a Comissão Europeia e os Estados Unidos. O compromisso prevê a eliminação, pela UE, dos direitos aduaneiros sobre a maioria das importações norte-americanas, em

<sup>1</sup> Fonte: Serviço de Imprensa do PE

<sup>2</sup> Idem.

contrapartida do compromisso dos Estados Unidos de limitarem a 15% as tarifas aplicadas às exportações europeias. A negociação interinstitucional foi, contudo, marcada pela preocupação do PE em introduzir salvaguardas face à imprevisibilidade da política comercial norte-americana. Embora não tenha sido possível incluir uma cláusula de entrada em vigor diferida — que faria depender a aplicação do acordo do cumprimento prévio das condições pelos Estados Unidos —, procurou-se reforçar o texto com mecanismos de proteção destinados a preservar os interesses económicos europeus. Principais pontos acordados:

- Produtos derivados do aço e do alumínio: a União Europeia concede aos Estados Unidos até ao final de 2026 para levantarem os direitos aduaneiros adicionais atualmente aplicados a 407 categorias de produtos derivados do aço e do alumínio.
- Cláusula de suspensão: a Comissão Europeia poderá suspender as preferências tarifárias concedidas se os Estados Unidos não responderem às preocupações europeias ou não respeitarem o teto acordado de 15% sobre as exportações da UE.
- Cláusula de caducidade: o acordo terá uma duração limitada e expirará em março de 2029, permitindo uma revisão após a tomada de posse do próximo Presidente dos EUA e antes das eleições europeias.
- Mecanismo de salvaguarda reforçado: será criado para responder a aumentos das importações norte-americanas suscetíveis de causar prejuízo grave à indústria ou à agricultura europeias. O PE não poderá acionar diretamente a cláusula, mas terá um papel acrescido de consulta e pressão política para a sua ativação.
- Acompanhamento político e económico: o acordo será acompanhado de forma mais próxima pelas instituições europeias, em particular quanto ao impacto das concessões feitas pela União e ao cumprimento dos compromissos assumidos por Washington.

O texto será agora examinado pela Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu em 2 de junho, seguindo-se o voto final em plenário, previsto para 16 ou 17 de junho.

### **Maior proteção da pesca e da aquicultura no ordenamento do espaço marítimo**

O PE aprovou recomendações destinadas a **reforçar a proteção da pesca e da aquicultura no quadro do ordenamento do espaço marítimo**, num contexto de crescente competição pela utilização dos mares europeus. A resolução, aprovada por 518 votos a favor, 31 contra e 102 abstenções, surge perante a aplicação desigual da Diretiva do Ordenamento do Espaço Marítimo e o aumento de conflitos entre diferentes utilizações económicas do mar, designadamente pesca, aquicultura, energias renováveis offshore, transporte marítimo, turismo costeiro, defesa e infraestruturas submarinas. O detalhe está [aqui](#) e o relatório [aqui](#).

O PE defende que a pesca e a aquicultura devem ser reconhecidas como setores estratégicos para a soberania e segurança alimentares da União Europeia, bem como para o emprego e a coesão das comunidades costeiras. Neste sentido, apelam à revisão da Diretiva do Ordenamento do Espaço Marítimo, de 2014, e pretendem que as suas recomendações sejam consideradas na **futura Lei Europeia dos Oceanos**, que a Comissão deverá apresentar até ao final do ano. Principais ideias aprovadas pelo PE:

- Criação de zonas prioritárias para a pesca e a aquicultura, adaptadas às diferentes frotas e bacias marítimas, incluindo áreas reservadas à pesca artesanal e de pequena escala.
- Reconhecimento da pesca como utilizador estratégico e prioritário do espaço marítimo, tendo em conta o seu contributo para a soberania alimentar, a economia azul e as comunidades costeiras.
- Melhor integração da aquicultura no ordenamento marítimo, com a eventual criação de uma política comum de aquicultura e de zonas específicas de desenvolvimento sustentável.

- Participação obrigatória dos pescadores e aquicultores nos processos de decisão, em particular na atribuição de zonas marítimas a parques eólicos offshore e na conceção, gestão e avaliação de zonas marinhas protegidas.
- Avaliação dos impactos socioeconómicos sobre a pesca e a aquicultura, sobretudo quando estejam em causa novas infraestruturas energéticas ou zonas multiusos no espaço marítimo.
- Reforço do planeamento transfronteiriço e macrorregional, complementando os planos nacionais com estratégias por bacia marítima e maior cooperação com países costeiros vizinhos de fora da UE.
- Integração da resiliência climática no ordenamento marítimo, para responder a fenómenos como erosão costeira, aquecimento das águas, espécies invasoras, acidificação dos oceanos e poluição, incluindo através de um plano europeu para a resiliência costeira.

### Parlamento Europeu defende estratégia europeia para a cibersegurança da IA

O PE debateu, em sessão plenária, os riscos associados à crescente dependência tecnológica da União Europeia face a empresas estrangeiras no domínio dos modelos avançados de inteligência artificial, como o **Mythos**, da Anthropic, e o **GPT-5.5**, da OpenAI. Entre os pontos essenciais do debate destacaram-se:

- Criação de uma estratégia europeia específica para as ameaças cibernéticas associadas à IA, tendo em conta a capacidade destes modelos para reduzir as barreiras de entrada a ataques sofisticados.
- Investimento em capacidades europeias próprias, incluindo modelos avançados de IA, computação em nuvem, capacidade de cálculo, ferramentas de cibersegurança e proteção de infraestruturas críticas.
- Redução da dependência externa, em especial face a grandes empresas tecnológicas norte-americanas, sendo que a cooperação transatlântica deve assentar na reciprocidade e não em dependências.
- Reforço da **ENISA** (Agência da UE para a cibersegurança), tendo sido sugerida a sua transformação numa estrutura mais dedicada à cibersegurança da IA.
- Maior preparação operacional, através de testes de cibersegurança, exercícios práticos, proteção das infraestruturas e maior coordenação entre setor público, indústria e instituições europeias.
- Aplicação plena do quadro legislativo existente, incluindo a Diretiva NIS 2, o Regulamento da IA e a revisão do Ato para a Cibersegurança, sem prejuízo de eventuais medidas adicionais.

No debate, Michał Wawrykiewicz (PPE, Polónia) advertiu que a UE precisa de uma *“estratégia europeia dedicada às ciberameaças alimentadas pela IA”*, sublinhando que estão em causa *“a segurança pública, a estabilidade económica e a resiliência das nossas democracias”*. **Ana Catarina Mendes (S&D, Portugal)** destacou que qualquer estratégia europeia deve investir nos recursos europeus em cibersegurança, na computação em nuvem de alto nível e na proteção das infraestruturas críticas. Bart Groothuis (Renew Europe, Países Baixos) alertou que a Europa dispõe de *“muito pouco tempo”* para construir os seus próprios sistemas, sugerindo que a ENISA seja transformada numa task force dedicada à cibersegurança da IA e que seja criado um sistema europeu de certificação de ferramentas de cibersegurança baseadas em IA.

Em nome da Comissão Europeia, a Vice-Presidente Executiva Henna Virkkunen reconheceu que os novos modelos de IA reduzem *“consideravelmente as barreiras de entrada para ataques sofisticados”* e permitem detetar vulnerabilidades *“a uma velocidade sem precedentes”*. Ainda assim, sublinhou que a legislação europeia já oferece um quadro jurídico e instrumentos operacionais relevantes, insistindo na necessidade da sua plena aplicação e anunciando a apresentação, nas próximas semanas, de uma lista de ações para reunir as melhores competências em IA e cibersegurança.

### 3. DEFESA DA UE - PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

#### Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO prepararam a Cimeira de Ancara

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO reuniram-se informalmente em Helsingborg, na Suécia, para preparar a Cimeira da Aliança, prevista para 7 e 8 de julho, em Ancara. O encontro, o primeiro deste formato realizado em território sueco, centrou-se no reforço das capacidades de defesa, na partilha de encargos entre aliados, no apoio continuado à Ucrânia e na situação no Médio Oriente (detalhe [aqui](#)).

A Ucrânia ocupou um lugar central nos trabalhos, com a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, Andriy Sybiha, no jantar de trabalho com os seus homólogos aliados. O Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, sublinhou que o objetivo era garantir que o apoio aliado a Kyiv permanecesse “*substantial, duradouro e previsível*” e assente nas necessidades concretas da Ucrânia. Destacou ainda o contributo da iniciativa PURL, que desde o seu lançamento forneceu cerca de 70% dos mísseis destinados às baterias Patriot ucranianas e 90% das munições usadas nos sistemas de defesa aérea, embora tenha reconhecido falta de consenso quanto à proposta de fixar o apoio aliado em 0,25% do PIB. Principais pontos abordados:

- Preparação da Cimeira de Ancara, com foco na transformação dos compromissos políticos em capacidades militares concretas.
- Partilha de encargos e investimento em defesa, num contexto de pressão norte-americana para que os aliados europeus assumam maior responsabilidade pela defesa convencional do continente.
- Reforço da produção industrial de defesa, tendo Mark Rutte defendido a necessidade de produzir “*mais depressa e em maior escala*” nos dois lados do Atlântico.
- Redefinição do equilíbrio transatlântico, perante a anunciada retirada de cerca de 5 000 militares norte-americanos da Europa, que o Secretário-Geral procurou relativizar, garantindo que os Estados Unidos continuariam envolvidos na segurança europeia.
- Apoio militar e político à Ucrânia, tornando a assistência mais previsível e sustentável a longo prazo.
- Médio Oriente e estreito de Ormuz, onde vários aliados tinham já enviado meios navais, embora sem acordo para uma contribuição formal da NATO enquanto Aliança.

Importa dar nota de que, antes da Cimeira, a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Maria Malmer Stenergard, anfitriã da Cimeira, publicou um artigo de opinião no *The New York Times* ([aqui](#), para assinantes), onde defende que a Rússia continua a representar uma ameaça séria para a Ucrânia e para os aliados da NATO, mas que a sua força económica e militar não deve ser sobrestimada.

A autora sustenta que a guerra “*não terminará*” enquanto o custo imposto a Vladimir Putin não for superior ao que este considera aceitável, argumentando que a economia russa é “*mais frágil do que parece*” e que Moscovo tem exagerado a sua resiliência. Com base em estudos encomendados pelo Governo sueco e em avaliações dos serviços de informações, Stenergard afirma que, ao contrário dos dados oficiais russos, a economia poderá ter contraído cerca de 8% entre 2020 e 2024, e que a inflação e a capacidade real de financiamento militar estarão subavaliadas. O artigo sublinha também o impacto das sanções internacionais, estimando perdas de pelo menos 450 mil milhões de dólares desde fevereiro de 2022, e aponta para dificuldades crescentes no setor energético, no recrutamento militar e na sustentabilidade financeira do esforço de guerra. Neste contexto, destaca que a UE tomou recentemente decisões relevantes para reforçar o apoio à Ucrânia, incluindo um empréstimo de 90 mil milhões de euros para cobrir necessidades de financiamento em 2026-2027 e um 20.º pacote de sanções contra a Rússia, mas defende que é necessário ir mais longe, nomeadamente com a



proibição de serviços marítimos — seguros, acesso a portos e financiamento — a navios que transportem petróleo, gás ou carvão a partir de portos russos. A mensagem central do texto é: “*não podemos mudar o desejo de Putin de controlar a Ucrânia (...), mas podemos mudar quanto isso lhe custará*”.

### Comité Militar da NATO debateu prioridades de defesa e preparação da Cimeira de Ancara

A 19 de maio, reuniram-se os Chefes de Estado-Maior da Defesa do [Comité Militar da NATO](#), sob presidência do Almirante Giuseppe Cavo Dragone, com a participação dos dois Comandantes Estratégicos — Alexis G. Grynkewich e Pierre Vandier — e do Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, numa sessão dedicada às prioridades da Aliança até à Cimeira de Ancara. A reunião centrou-se no reforço da dissuasão e defesa, nas missões e operações lideradas pela NATO, no planeamento de defesa — incluindo tecnologias emergentes, inovação e lições operacionais — e no apoio à Ucrânia, também no quadro do Conselho NATO-Ucrânia, com a participação por videoconferência do General Oleksandr Syrskiy. Cavo Dragone sublinhou que a dissuasão e a prontidão da Aliança estão “mais fortes”, mas advertiu que a credibilidade dos compromissos assumidos, nomeadamente em matéria de investimento em defesa, dependerá da sua execução efetiva. No final, apelou a um aumento “*dramático*” da entrega e disponibilização de capacidades, pediu à indústria de defesa que acelere a produção e adapte os seus modelos de negócio, e insistiu num compromisso sustentado “*a longo prazo, com firmeza e consistência*”, lembrando que “*a segurança dos nossos cidadãos não exige menos*”.

Em paralelo, o Almirante Pierre Vandier, Comandante Supremo Aliado para a Transformação, reconheceu, em declarações ao *Politico* ([aqui](#)), que a NATO não dispõe atualmente de uma alternativa viável à tecnologia de inteligência artificial militar da empresa norte-americana Palantir, cujo sistema **Maven Smart System** foi adquirido em março de 2025 para reforçar a recolha de informações, a identificação de alvos, a perceção do campo de batalha, o planeamento e a rapidez da decisão operacional. Vandier justificou a escolha pela necessidade de agir depressa, afirmando que, “*tanto quanto sei, hoje não há um verdadeiro concorrente da Palantir*”, mas admitiu que esta dependência suscita preocupações estratégicas, sobretudo face à incerteza sobre o compromisso dos EUA com a segurança europeia. Para o responsável, empresas e governos europeus terão de demonstrar que conseguem apresentar soluções equivalentes “*em meses, anos, e não numa década*”. No curto prazo, porém, considerou que o objetivo mais realista não será a autonomia tecnológica plena, mas sim garantir a propriedade e o controlo dos dados processados, o que sintetizou como o núcleo da “soberania digital”.

### Academia - Defesa europeia: três vias para dar conteúdo ao “pilar europeu da NATO”

Num contexto de guerra prolongada na Ucrânia, instabilidade no Médio Oriente e incerteza sobre o futuro compromisso dos EUA com a segurança europeia, um estudo conjunto do *CEPS, RUSI, Clingendael e IEP/Bocconi* procura clarificar o que poderá significar, na prática, um “*pilar europeu da NATO*”. Intitulado “*How to get ‘more Europe’ in defence*”, o estudo (disponível [aqui](#)), presidido por Sauli Niinistö, antigo Presidente da Finlândia, parte da ideia de que a Europa está num ponto de inflexão: aumentou a despesa em defesa e criou instrumentos para reforçar a produção e as aquisições conjuntas, mas continua condicionada por investimento fragmentado, dificuldades de execução e forte dependência de capacidades estratégicas norte-americanas.

O relatório identifica três vias complementares, defendendo que nenhuma deve ser excluída nesta fase:

- **Europeizar a NATO:** prioridade imediata, não como alternativa à Aliança, mas para reequilibrar a contribuição transatlântica e preparar os aliados europeus para assumirem mais responsabilidades se os EUA reduzirem o seu envolvimento. Isto passaria por maior liderança europeia nas estruturas de comando, pela eventual reconstituição de um “*Eurogroup*” de coordenação política e por uma redistribuição dos centros de comando conjunto que permita operação europeia autónoma.
- **Preparar mecanismos europeus de ação se a NATO ficar bloqueada:** reforço e articulação de formatos “minilaterais” entre Estados europeus, permitindo a ação de coligações de vontade caso

decisões políticas ou operacionais da NATO sejam bloqueadas. Neste quadro, o estudo propõe explorar a criação de um **Conselho Europeu de Segurança**, com participação do Secretário-Geral da NATO e dos Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia.

- **Aprofundar a cooperação de defesa liderada pela UE:** utilização da vantagem comparativa da União no desenvolvimento de capacidades, transformando metas de despesa em investimentos concretos e meios militares mobilizáveis, envolvendo não só os 23 Estados-Membros da UE que pertencem à NATO, mas também parceiros como a Noruega, a Ucrânia e o Reino Unido.

O estudo defende ainda melhor articulação NATO-UE no desenvolvimento de capacidades, maior partilha de informação, abertura do instrumento SAFE — Security for Action in Europe a parceiros próximos, aceleração da integração da indústria de defesa ucraniana no mercado único e maior reciprocidade na relação industrial transatlântica. O estudo é especialmente relevante por procurar traduzir em termos práticos uma expressão recorrente no debate político europeu — o “*pilar europeu da NATO*” — e por assumir que o reforço da defesa europeia não se fará através de uma solução única.

### Academia - Indústria Europeia de Defesa

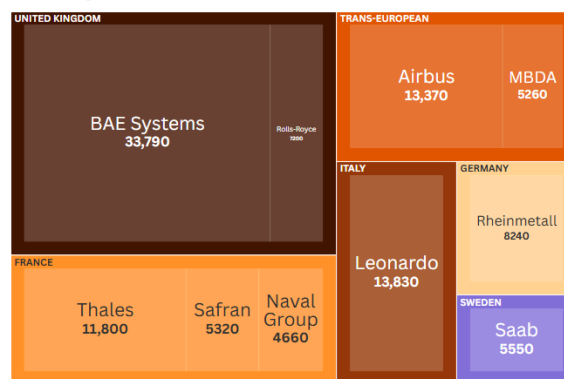
A revista [The Parliament Magazine](#), no artigo *Can Europe scale its defense industry fast enough?* (disponível [aqui](#)), analisou a capacidade da Europa para aumentar rapidamente a produção de armamento num momento em que os aliados europeus da NATO estão a acelerar a despesa em defesa a um ritmo sem precedentes desde os anos 1950. Apesar do aumento dos orçamentos nacionais e dos progressos em áreas como munições e capacidades aéreas, a Europa continua sem a escala industrial necessária para responder com rapidez às necessidades de dissuasão face à Rússia. Kaja Kallas, Alta Representante da UE, resumiu o desafio ao afirmar que a dissuasão só funciona se for credível e que a Europa precisa de uma produção de armamento “*mais rápida e mais barata*”. Do lado da indústria, Micael Johansson, CEO da Saab e presidente da Aerospace, Security and Defence Industries Association of Europe, sublinhou que várias empresas já estão a investir em fábricas de longo prazo, mas que continuam a existir atrasos de “*três ou quatro anos*” em produtos de elevado volume.

A dimensão industrial surge, assim, como o centro do problema. A UE tem procurado reforçar a sua base industrial de defesa através de instrumentos como o Fundo Europeu de Defesa de 7,3 mil milhões de euros, o Programa Europeu da Indústria de Defesa de 1,5 mil milhões de euros e o instrumento SAFE, de 150 mil milhões de euros. Contudo, os Estados-Membros continuam divididos entre a compra rápida a fornecedores de países terceiros e a aposta numa maior autonomia estratégica europeia, mesmo que isso implique desenvolver capacidades em conjunto ou aceitar soluções menos avançadas no curto prazo.

Camille Grand, antigo responsável da NATO e secretário-geral da ASD Europe, recorda que os governos continuam a privilegiar os seus “*campeões nacionais*”, enquanto Johansson defende que poderá ser necessária uma verdadeira “*preferência europeia*” na contratação pública de defesa. A revisão das regras europeias de contratação no domínio da defesa, prevista para o terceiro trimestre de 2026, poderá abrir espaço a uma lógica de *Buy European*, embora já enfrente oposição dos EUA.

### Top 10 European defence companies by arms revenue

Revenue figures are in millions of constant (2024) US dollars



Source: SIPRI Arms Industry Database, Dec. 2025, The Parliament

O artigo sublinha ainda que a fragmentação da indústria europeia limita a escala e a competitividade face aos grandes grupos norte-americanos, apesar da forte valorização de empresas como a *Rheinmetall* e a *Saab*. A consolidação industrial continua, porém, politicamente sensível, por envolver riscos de encerramento de fábricas, perda de empregos e redução da soberania industrial nacional.

Como nota Luis Simon, do Centre for Security, Diplomacy and Strategy, França e Alemanha tendem a favorecer uma maior integração por poderem assumir o papel de integradores de sistemas, enquanto países como Itália, Polónia, Suécia e Países Baixos receiam ficar dependentes de cadeias de valor dominadas por Paris e Berlim. Neste contexto, a via mais realista poderá passar por coligações de Estados dispostos a desenvolver capacidades específicas — artilharia, mísseis, drones ou facilitadores estratégicos —, eventualmente fora do quadro institucional da UE. É essa a conclusão sugerida por Josep Borrell, ao defender que a Europa deve deixar de procurar a solução “*onde ela não existe*” e que, se um grupo de Estados quiser construir uma união europeia de defesa, deverá fazê-lo através de um novo tratado intergovernamental, “*tal como fizemos para salvar o euro*”.

A este propósito, damos ainda nota de que a publicação *The Venturist* está a desenvolver uma base de dados sobre **tecnologias europeias de defesa**, tendo começado por listar as **60 startups consideradas especialmente promissoras a nível europeu** (disponível [aqui](#)).

#### 4. COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS - AUDIÇÕES<sup>3</sup>

##### Audição com a Provedora de Justiça Europeia Teresa Anjinho

A audição conjunta com a Provedora de Justiça Europeia Teresa Anjinho, realizada pela **1.ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** e pela **4.ª Comissão de Assuntos Europeus**, assinalou a apresentação, pela primeira vez num parlamento nacional, do [Relatório Anual da Provedoria de Justiça Europeia de 2025](#), o primeiro sob o seu mandato. O vídeo está disponível [aqui](#) e demos nota desenvolvida deste relatório na Síntese n.º [268](#) (ponto 9). A audição centrou-se na qualidade da administração europeia e nos instrumentos de transparência, responsabilização e proteção dos cidadãos. Foi evidenciado que o aumento significativo do número de queixas — de 2264 para 3490, ou seja, cerca de 54% — e dos inquéritos — de 415 para 492 — reflete simultaneamente maior conhecimento público da instituição, maior participação cívica e a persistência de desafios estruturais, podendo também estar associado à utilização de ferramentas de inteligência artificial, que encaminham mais cidadãos para a Provedoria. Este crescimento, embora positivo do ponto de vista da visibilidade institucional, coloca igualmente desafios operacionais relevantes a uma estrutura com recursos limitados.

A intervenção permitiu também sublinhar o papel independente e imparcial da Provedora de Justiça Europeia no escrutínio das instituições, órgãos e agências da UE, em especial na investigação de casos de má administração e na identificação de problemas sistémicos mais amplos. Neste contexto, foram destacados temas como o acesso a documentos, a clareza dos procedimentos administrativos, a ética, a integridade e a prevenção de conflitos de interesses, incluindo as chamadas “portas giratórias” nas agências da UE. A Provedora tem igualmente vindo a acompanhar novas áreas de risco administrativo, designadamente a forma como a Comissão assegura transparência, inclusividade e responsabilização na adoção de normas harmonizadas em matéria de inteligência artificial.

No debate, as Senhoras e os Senhores Deputados — PSD, CH, PS, IL e CDS — saudaram a eleição, pelo Parlamento Europeu, de uma cidadã portuguesa para o cargo de Provedora de Justiça Europeia, sublinhando a relevância política e institucional dessa escolha. As intervenções incidiram sobretudo na transparência e na integridade institucional, questionando o uso crescente de procedimentos legislativos em regime de urgência,

---

<sup>3</sup> Ponto elaborado por Maria João Resende, assessora da Comissão de Assuntos Europeus.

designadamente os chamados processos omnibus, e os riscos que essa prática pode representar para a participação, a legitimidade e a fundamentação das decisões.

Foram igualmente abordadas questões relacionadas com o acesso a documentos, os conflitos de interesses, as “portas giratórias” entre o setor público e privado, bem como o impacto da inteligência artificial na relação entre cidadãos e instituições e no aumento de queixas inadmissíveis.

No conjunto, destacou-se a necessidade de reforçar mecanismos de monitorização, melhorar a comunicação institucional e assegurar o equilíbrio entre eficiência decisória e exigência democrática, numa visita que incluiu também uma audiência da Provedora de Justiça Europeia com o Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco.



#### **Audição com o Comissário Europeu Wopke Hoekstra<sup>4</sup>**

A audição conjunta com o Comissário Europeu Wopke Hoekstra, responsável pelos temas “Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo”, realizada pela 4.ª Comissão de Assuntos Europeus e pela 11.ª Comissão de Ambiente e Energia, centrou-se nos desafios estratégicos enfrentados pela UE nas áreas da energia, clima e competitividade. O vídeo está disponível [aqui](#).

A audição centrou-se nos desafios estratégicos enfrentados pela União Europeia (UE) nas áreas da energia, clima e competitividade. Foi destacado um contexto internacional marcado por instabilidade geopolítica (especialmente no seguimento da invasão da Rússia à Ucrânia e da crise no Médio Oriente), com consequentes crises energéticas e pressões económicas, assim como pelo agravamento das alterações climáticas, com impactos particularmente relevantes no sul da Europa, incluindo no início do ano em Portugal.

Neste enquadramento, sublinhou-se a vulnerabilidade europeia decorrente da dependência de combustíveis fósseis importados e a necessidade de acelerar a transição para fontes de energia renováveis, reforçar a produção interna e investir em redes e interligações, como condição para garantir segurança energética e competitividade económica.







No debate, as intervenções dos Senhores Deputados (PSD, CH, PS, IL e L) incidiram sobretudo na articulação entre ambição climática e sustentabilidade económica, bem como preocupações quanto ao impacto dos preços da energia e da carga regulatória na indústria e nas famílias, bem como ao risco de novas dependências externas. Destacou-se também a importância das interligações energéticas, em particular na Península Ibérica, no seguimento do apagão de 28 de abril de 2025, e a necessidade de maior capacidade de execução por parte da União. No plano mais operacional, foi sublinhada a urgência de simplificar procedimentos, reforçar infraestruturas e assegurar que os benefícios da transição energética se traduzem em ganhos concretos para os cidadãos.

<sup>4</sup> Foto: instagram da Representação da Comissão Europeia em Portugal.

## 5. COMISSÃO EUROPEIA: PREVISÕES ECONÓMICAS DA PRIMAVERA

As previsões económicas da primavera de 2026 da Comissão Europeia apontam para um abrandamento da economia europeia, num contexto em que o conflito no Médio Oriente desencadeou um novo choque energético, pressionando os preços, afetando a confiança e travando a atividade económica. Depois de um crescimento de 1,5 % em 2025, o **PIB da UE deverá crescer apenas 1,1 % em 2026**, menos 0,3 pontos percentuais do que o previsto no outono, antes de recuperar ligeiramente para 1,4 % em 2027. Na área do euro, as projeções foram igualmente revistas em baixa, para 0,9 % em 2026 e 1,2 % em 2027. A Comissão sublinha que, sendo a UE uma importadora líquida de energia, o aumento dos preços das matérias-primas energéticas se traduz em maiores custos para famílias e empresas, reduz margens em vários setores industriais e transfere rendimento para países exportadores de energia. Ainda assim, o investimento feito nos últimos anos em diversificação do abastecimento, descarbonização e redução do consumo energético deverá tornar a economia europeia mais resiliente do que em choques anteriores. Detalhe [aqui](#).

### Números-chave

|  |  |  |  |
|---|---|---|---|
| PIB   | Inflação  | Défice  | Desemprego  |
| UE:   | UE:   | UE:   | UE:   |
| 2025: <b>1.5%</b>   | 2025: <b>2.5%</b>   | 2025: <b>-3.1%</b>  | 2025: <b>6.0%</b>   |
| 2026: <b>1.1%</b>   | 2026: <b>3.1%</b>   | 2026: <b>-3.5%</b>  | 2026: <b>6.0%</b>   |
| 2027: <b>1.4%</b>   | 2027: <b>2.4%</b>   | 2027: <b>-3.6%</b>  | 2027: <b>6.0%</b>   |
| Área do euro:   | Área do euro:   | Área do euro:   | Área do euro:   |
| 2025: <b>1.4%</b>   | 2025: <b>2.1%</b>   | 2025: <b>-2.9%</b>  | 2025: <b>6.3%</b>   |
| 2026: <b>0.9%</b>   | 2026: <b>3.0%</b>   | 2026: <b>-3.3%</b>  | 2026: <b>6.4%</b>   |
| 2027: <b>1.2%</b>   | 2027: <b>2.3%</b>   | 2027: <b>-3.5%</b>  | 2027: <b>6.4%</b>   |

A inflação deverá voltar a subir em 2026, atingindo **3,1 % na UE** e **3,0 % na área do euro**, antes de diminuir para **2,4 %** e **2,3 %**, respetivamente, em 2027, num cenário que pressupõe alguma normalização dos mercados energéticos. O mercado de trabalho deverá também perder dinamismo: após a criação de mais de **1 milhão de postos de trabalho em 2025**, o crescimento do emprego deverá abrandar para **0,3 % em 2026**, enquanto a taxa de desemprego estabilizará em torno de **6 %**. O choque energético terá ainda impacto nas finanças públicas, com o défice da UE a aumentar de **3,1 % do PIB em 2025** para **3,6 % em 2027**, refletindo menor crescimento, juros mais elevados, medidas de apoio a famílias e empresas vulneráveis e maiores despesas com defesa. A dívida pública deverá subir para **85,3 % do PIB da UE** em 2027, e para **91,2 % na área do euro**. Os principais riscos prendem-se com a duração do conflito no Médio Oriente, novas perturbações na oferta energética e de matérias-primas, a incerteza comercial global e o enfraquecimento da procura de trabalho, embora a Comissão identifique como fatores positivos uma execução mais rápida de reformas estruturais, o investimento público em defesa e transição energética e eventuais ganhos de produtividade associados à inteligência artificial. No que diz respeito a Portugal, as previsões são as seguintes:

As perspetivas económicas enfraqueceram ligeiramente devido a uma série de choques adversos, mas espera-se que o crescimento permaneça sólido em 2026 e 2027. Projeta-se que a inflação global aumente em 2026, devido ao aumento dos preços da energia, antes de diminuir em 2027. O desemprego deverá diminuir ligeiramente num contexto de menor crescimento do emprego e da oferta de mão de obra. Prevê-se que o excedente das administrações públicas se transforme num pequeno défice em 2026 e 2027. Após ter descido para um nível inferior a 90 % em 2025, a dívida pública deverá manter-se numa trajetória descendente.

| Indicadores                                  | 2025 | 2026 | 2027 |
|--|------|------|------|
| Crescimento do PIB (% em yoy)                | 1.9  | 1.7  | 1.8  |
| Inflação (% yoy)                             | 2.2  | 3.0  | 2.3  |
| Desemprego (%)                               | 6.0  | 5.9  | 5.8  |
| Saldo das administrações públicas (% do PIB) | 0.7  | -0.1 | -0.4 |
| Dívida pública bruta (% do PIB)              | 89.7 | 87.6 | 86.0 |
| Saldo da balança corrente (% do PIB)         | 1.0  | 0.1  | 0.2  |

## 6. ALARGAMENTO - UCRÂNIA COMO MEMBRO ASSOCIADO

O Chanceler alemão, **Friedrich Merz**, propôs a criação de um **estatuto de “membro associado” para a Ucrânia**, permitindo ao país “franquear uma etapa maior” e aproximar-se de imediato da adesão plena, sem substituir o processo clássico de alargamento. Numa carta dirigida a **António Costa**, **Ursula von der Leyen** e ao Presidente cipriota **Nikos Christodoulides**, Merz defendeu que esta solução refletiria a situação particular da Ucrânia, “*um país em guerra*”, e poderia contribuir para facilitar as negociações de paz, sendo essencial não apenas para a segurança ucraniana, mas para a de todo o continente. O estatuto poderia permitir a participação da Ucrânia nas reuniões do Conselho Europeu e do Conselho, bem como uma presença associada na Comissão e no Parlamento Europeu, sempre sem direito de voto, mantendo-se em paralelo as negociações de adesão e a abertura “*sem demora*” de todos os grupos negociais.

A proposta não implicaria, segundo Merz, alteração dos Tratados nem ratificação de um tratado de adesão, mas exigiria um “*forte acordo político*”, o alinhamento pleno da Ucrânia com a política externa e de segurança comum da UE e um compromisso político dos Estados-Membros quanto à aplicação do artigo 42.º, n.º 7, do TUE, como garantia substantiva de segurança. O Chanceler sugeriu ainda soluções inovadoras para os **Balcãs Ocidentais** e a **Moldávia**, incluindo acesso privilegiado ao mercado interno, maior participação no processo decisório europeu e estatuto de observador nas instituições relevantes da UE. A Comissão Europeia encorajou a continuação da discussão ao nível do Conselho Europeu, sublinhando que qualquer solução inovadora deverá continuar a assentar num processo baseado no mérito.

## 7. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

## 8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade externa do PE.

### Comissão Europeia

As [próximas reuniões](#) terão lugar a [27 e 29 de maio](#), destacando-se uma **Comunicação sobre ajuda humanitária**, e um **Debate de orientação sobre as relações UE-China**.

### Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 26 de maio - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 27/28 de maio - [Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros \(Gymnich\)](#).

Bruxelas | 22 de maio de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)